

GEOGRAFIA ENTRE OS SÉCULOS XX E XXI: MINHA CONVIVÊNCIA NA 2ª METADE DO 1º E NA ENTRADA DO 2º E INQUIETAÇÕES SOBRE O FUTURO

CARLOS AUGUSTO DE FIQUEIREDO MONTEIRO
Professor Emérito da FFLCH – USP
São Paulo

*Vaqueiro só fala de boi
Velho, do que já foi.*
(dito popular dos Sertões do Piauí)

O rótulo que dei ao tema desse nosso encontro também poderia ser “Eu e a Geografia”, “A Geografia que eu Vivi”, “A Evolução da Geografia no Brasil no Século XX e a minha formação”... e vários outros mais. O que deve ficar claro é que, consoante o dito popular de minha querida terra – os Sertões do Piauí tomado como epígrafe – nosso presente encontro é, antes de mais nada, um “depoimento”. Dirijo-me aqui a jovens colegas docentes, no auge de suas atividades na carreira universitária e a mais jovens alunos de pós-graduação aos quais rogo não esperarem, desse nosso encontro, novidades e certezas de um geógrafo plenamente realizado e bafejado pelo sucesso. Antes, esperem o relato sincero de alguém que já deu por encerrada a sua missão de geógrafo, docente universitário pesquisador e que, agora, reflete sobre o que foi a sua “travessia” no campo da Geografia produzida no nosso Brasil na segunda metade do século vinte, extrapolando (“malgré moi”) pelo início do nosso século e milênio.

Lamento não poder aqui oferecer-lhes certezas e conselhos para um proveitoso sucesso mas dúvidas, inquietações. Espero que isto não seja um meio de desestimulá-los. Antes, desejo alertá-los para a grandiosidade do momento histórico presente e oportunidade de enfrentar os grandes desafios que se colocam a vossa frente.

Assim sendo, penso estruturar minha fala nesse nosso encontro em cinco tópicos. Inicialmente desejo colocar-me – e a Geografia – na linha do tempo referente ao século XX, tentando caracterizar essa trajetória sintetizando periodizações. Notar-se-á um evoluir tranqüilo que se vai tornando complexo até atingir, no momento presente, aquilo que se poderá designar como a “Grande Crise Histórica” que atravessamos. Ao final de uma carreira de sessenta anos pretendo mostrar-lhes, segundo a experiência vivida, as minhas impressões, dúvidas e inquietações que estou vivenciando nesse momento de ocaso pessoal.

Tomo como base aqueles vetores básicos que alguns filósofos apontam para caracterizar a grande crise que antecede uma “modernidade” (LIMA VAZ, 1974): *razão, conhecimento e humanismo*, não necessariamente nessa ordem. Em primeiro lugar pretendo considerar o problema epistemológico na Geografia, ante o dilema interpretativo de sucessão de períodos normais e revolucionários (KUHN, 1959) ou aquele de revolução permanente (FEYERABEND, 1970). Segue-se a abordagem do problema relacionado ao humanismo, onde, glosando a expressão de Nietzsche (1878) “Humano, Demasiado Humano” procurar refletir sobre o problema da interioridade-exterioridade no Homem em face tanto da natureza quanto da própria sociedade. Finalizando a trilogia *tentarei* focalizar alguma coisa relativa ao suporte filosófico ao método científico através do conceito de *razão*. Nas considerações finais procurarei abordar meus planos para o que me resta de futuro e os meus augúrios para o destino da Geografia e o sucesso de vocês.

Trouxe, segundo me foi solicitado, um texto que será longo mas ordenando bem o que aqui vou dizer coloquialmente para o caso de que haja intenção de registro editorial. Algumas figuras serão retro-projetadas nesse encontro, as quais, pelo seu caráter esquemático, a falta de acabamento (arte final), uso de cores, inviabiliza sua inclusão numa possível impressão-edição.

Na linha do tempo do século XX a relação entre a evolução da Geografia no Brasil e aquela da minha formação de geógrafo

Um precário esquema – por demais complexo – de linha do tempo no século XX, pretendendo relacionar, de forma sincronizada, os grandes acontecimentos mundiais, políticos, históricos, culturais, ao lado daqueles diretamente ligados à evolução da Geografia entre nós, tem na base uma representação de momentos especiais na minha formação pessoal. Esta figuração horizontal será complementada por outra, de caráter vertical, onde serão postas em paralelo uma possível periodização na Geografia feita no Brasil e a minha pretensa formação de geógrafo.

É necessário admitir que a evolução da Geografia no Brasil – mesmo no século XX – é algo que ainda se está fazendo. Na famosa reunião da AGB realizada em Fortaleza em 1978, eu usei apresentar uma tentativa (numa das mesas redondas)

de “avaliação e tendências”. Aquilo foi apresentado com um convite a que outros colegas produzissem outras abordagens desde que reconhecia a impossibilidade de uma avaliação pessoal completa e correta exigindo, necessariamente, ser multiplicada por outras visões. Publicada pelo então Instituto de Geografia da USP (MONTEIRO, 1980) aquela avaliação resultou no que se vem designando de “o livro amarelo do Carlos Augusto”. Na medida de minha parca informação creio que o convite não teve o desejado resultado, embora eu possa apontar dois trabalhos que são da maior relevância para ampliar o espectro de focos sobre o importante tema. Um deles é o artigo de Pedro P. Geiger (1988), inserido no número especial comemorativo dos cinquenta anos da Revista Brasileira de Geografia da Fundação IBGE, precioso para a parte inicial, liderada por aquela instituição de cuja equipe ele foi um dos primeiros geógrafos. Outra importante contribuição, relativa ao final do século, é devida a Santos e Bernardes (1999) tendo por base a produção nos cursos de pós-graduação em Geografia¹.

Uma esquematização bem sintética para a evolução da Geografia entre nós no Brasil – certamente denotando com certo atraso relativo às tendências dos centros mais evoluídos, sobretudo sob influências da França² - toma como ponto de partida o momento entre 1935 e 1937 com a criação das Faculdades de Filosofia nas Universidades de São Paulo e Rio de Janeiro, a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e o IBGE, trinômio básico à implantação de uma “nova Geografia” científica, sucedendo aquela anterior da qual tomamos como figura simbólica Carlos Miguel Delgado de Carvalho.

Nesta primeira fase, considerada como sendo de EVOLUÇÃO, desenvolve-se aquela Geografia de inspiração lablacheana, de íntimo entrosamento entre sociedade e natureza, que progride até o momento da realização do Congresso Internacional da UGI realizado no Rio de Janeiro em 1956, marco que consideramos inaugural da subsequente fase de AFIRMAÇÃO que pode ser estendida até 1968, início do global “ponto de mutação” (1968-73). Este período em que se formava uma nova geração de geógrafos egressos das Faculdades de Filosofia, aglutinados nas profícuas atividades da AGB e, sob a égide do Estado Nacional que tomava a pesquisa geográfica como poderoso auxiliar do poder público no conhecimento do país, no levantamento dos seus recursos e regionalização, onde predominavam as componentes naturais (Geografia Física) imputadas sob a perspectiva do determinismo ambiental. Após a segunda guerra mundial (1939-1945), após *Bretton Woods* (1944) e o impulso no capitalismo, sob a liderança dos USA em disputa com

¹ Eu mesmo cometi outra avaliação (MONTEIRO, 2002a) apresentada à Asociación de los Geógrafos de España, realizada em Oviedo, Asturias, em novembro de 2001 e publicada pela AGB de São Paulo na série BORRADOR, nº 4.

² O que poderá ser proveitosamente confrontado com a análise de Paul Claval (1995) em sua *Histoire de la Géographie*

as experiências socialistas na Guerra Fria com a então URSS, a Geografia direcionava-se claramente às componentes econômicas. O Congresso da UGI de 1952, nos EUA, já exibia claramente a passagem do “determinismo” ambiental para o econômico. O já mencionado artigo de Pedro Geiger (1988) ilustra muito bem este período que se espelha numa regionalização que passa dos atributos naturais àqueles econômicos. Esta transição durante a qual nossa geografia se afirma, mostra-se bastante ativa, deixando seus registros nas publicações do IBGE, naquelas da AGB, vinculadas aos Departamentos de Geografia que, de São Paulo e Rio de Janeiro, extravasam para outros estados, em grande parte motivada por aquilo que se tem designado como “Cruzada Agebeana”.

Como tendência mundial, embora se evidenciassem os problemas ambientais, definidos como “questão” importante coincidentemente com o “ponto de mutação”, ou seja, o quinquênio 1968-1973 no qual houve um relevante aglomerado de mudanças nos centros hegemônicos do poder mundial. Do Simpósio da UNESCO em Paris (1968) ao Congresso de Estocolmo (1972), a importância da Economia supera em muito a preocupação ambiental³. A polarização econômica supera as regiões naturais, enquanto os estudos de redes urbanas e micro-regiões homogêneas passam a definir os espaços geográficos.

A partir daí deslança um período REVOLUCIONÁRIO, principiando pelos movimentos “teórico-quantitativos” que vicejam fortemente (embora com alguma reação) do final dos sessenta e ao longo dos anos setenta. A realização do encontro nacional da AGB de Fortaleza (1978) constitui-se num marco expressivo de eclosão da revolução “radical” implicando, logo de imediato, na reformulação da própria AGB. Este período é também marcado pela reentrada do geógrafo Milton Santos, então exilado, e com crescente prestígio no exterior, liderando a radicalização com a proposta de uma outra “Nova Geografia”. Aquilo que já se iniciava desde as propostas de Pierre George, em considerar a Geografia como “Ciência Social” é efetivada com a produção efetivamente crescente e aliciadora de adeptos de Milton Santos.

Em 1984 configura-se claramente o “cisma” em nossa geografia. Sobretudo a falta de espaço nos temários das reuniões da AGB, para tratar de estudos naturais, resulta na criação dos Seminários de Geografia Física Aplicada, inaugurados em Rio Claro sob a liderança do geógrafo Antonio Christofolletti (MONTEIRO, 1989) que, em realizações bi-anuais vêm tendo continuidade crescente⁴.

³ Os próprios países em esforço de desenvolvimento econômico declaram “bem vinda a poluição advinda da industrialização” - atitude do Brasil e Índia, por exemplo, em Estocolmo. O desenvolvimento do período Kubitscheck (1955-1960).

⁴ No Congresso da AGB no ano 2000, realizado em Florianópolis, quando da presidência do colega Carlos Walter, houve uma tentativa de reaproximação com os geógrafos da dita Geografia Física, expressa pelo convite a Aziz Ab'Saber para proferir a Conferência de Abertura.

Daí para cá, não só pela proximidade temporal mas, sobretudo, pela grande atividade e produção em nossa geografia, dificultando a compreensão de determinadas diretrizes e identificação de tendências⁵, creio termos adentrado o novo século (e milênio) na vigência de uma ainda turbulenta fase. Admito que ainda estamos na vigência de um período “revolucionário”.

Ao lado da esquematização para o evoluir da Geografia no Brasil ao longo do século XX, eu me posicionei em paralelo para exibir minha posição de um geógrafo atuante na segunda metade do mesmo.

Aos vinte anos de idade ingressava eu no Curso de Geografia e História (atraído pela segunda) na então Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil – atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Como aluno do segundo ano (1947), tive a oportunidade de ingressar no quadro de auxiliar-de-geógrafo da Divisão de Geografia do Conselho Nacional de Geografia do IBGE, fato que, pela facilidade de “horário especial” pude estudar, fruindo ao mesmo tempo da teoria na Faculdade e na prática de pesquisa naquela instituição. Graças a isto pude publicar meu primeiro artigo (MONTEIRO, 1951) na Revista Brasileira de Geografia “Notas para o Estudo do Clima do Centro-Oeste Brasileiro”⁶.

No primeiro período de minha travessia geográfica que considero de FORMAÇÃO, recebi os benéficos aportes da Faculdade, do IBGE e da AGB⁷. Por timidez não apresentei meus primeiros estudos realizados naqueles eventos. Somente após já contar com significativo número de artigos em revistas geográficas, mereci ser eleito “Sócio Efetivo” na Assembléia Anual realizada em Londrina em 1961. No ano seguinte, na assembléia realizada em Penedo, Alagoas, a convite do Presidente Manoel Corrêa de Andrade, coordenei a pesquisa de campo no Baixo São Francisco, caracterizado naquela época pela rizicultura. Ali apresentei oralmente o relatório do grupo e elaborei o relatório final, publicado no final do mesmo ano (MONTEIRO, 1962).

Após conclusão do bacharelado (1949) e licenciatura (1950) beneficiei-me de Bolsa de Estudos oferecida pelo Governo Francês, tendo realizado estudos de complementação no Institut de Géographie (Faculté des Lettres) estendido à Faculté des Sciences da mesma Université de Paris (Sorbonne) e estágios na École Supérieure d’Agriculture em Rennes, Bretanha, nos anos letivos de 1951-52 e 1952-53. De volta ao Brasil licenciei-me do IBGE prestando colaboração no ensino universitário

⁵ As minhas próprias tentativas de esquematizar diretrizes e tendências nesse período de grande e variadíssima produção, exibidas no panorama traçado para os colegas espanhóis (2001) resultaram insatisfatórias. É muito difícil, sobretudo para um “aposentado” estar adequadamente informado de tudo o que se está produzindo atualmente em nossa Geografia.

⁶ Embora publicado em 1951 o trabalho foi produzido em 1948-49 quando ainda aluno do 3º-4º ano.

⁷ Devo muito de minha formação geográfica à AGB, embora não tenha estado presente (como alguns colegas) em todas as Assembléias Anuais, Encontros e Congressos. Um balanço revela que fui “bissexta”, ou seja, ¼ do total daqueles eventos.

nas Faculdades Catarinense de Filosofia, Florianópolis (1955-59); Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Rio Claro, São Paulo (1960-64) e Universidade Nacional de Brasília (1966-67). Em Rio Claro tive oportunidade de realizar (1964) a primeira pesquisa de vulto, executada com alunos de Geografia Física, coroando uma série de artigos publicados em revistas geográficas dirigidos à procura de um novo paradigma para os estudos geográficos dos climas (MONTEIRO, 1973)⁸. Seguem-se a minha tese de doutorado, realizado na Geografia da FFLCH-USP (1967), após o que ingressei no corpo docente do Departamento de Geografia daquela Faculdade da USP no ano de 1968. Início do “ponto de mutação” nos acontecimentos mundiais, marco divisório entre o que considere os períodos de FORMAÇÃO e aquele de minha mais efetiva produção quando estive vinculado à Universidade de São Paulo.

Ali, sob a égide do Professor Ab’Saber, atuei na cadeira de Geografia Física ministrando, alternadamente, as diferentes disciplinas a ela vinculadas com exceção de Pedologia e Biogeografia. Atuei nos cursos de graduação, nos períodos diurno e noturno, atuei na Pós-Graduação na Área de Concentração de Geografia Física, orientando muitos alunos e tendo conseguido concluir os programas de treze mestres e oito doutores. Entre 1976 e 1988 estive vinculado às comissões de “Environmental Problems” (1976-1984) e “Geographical Monitoring and Forecasting” (1985-1988) da União Geográfica Internacional participando, ao longo de doze anos de todas⁹ as reuniões anuais daquelas comissões realizadas em diferentes países e continentes.

Tive ensejo de elaborar como tese apresentada ao Concurso à Livre Docência na USP a obra “Teoria e Clima Urbano” (MONTEIRO, 1976), uma contribuição que considero como um esforço original *para* o estudo da qualidade ambiental urbana. Este trabalho, apreciado por arquitetos-urbanistas, esperou nada menos que 17 anos para vir a ser utilizado por geógrafos. Entre 1991 e 2000 apareceram quatro teses de doutorado versando sobre climas urbanos, elaborados por geógrafos, utilizando a minha proposta teórica. Um indício de que foi “descoberto” pelos geógrafos pode ser interpretado pela recém editada coletânea, organizada pelo Professor Francisco de Assis Mendonça, da Universidade Federal do Paraná, reunindo um sumário da minha tese acompanhada das quatro teses (versões resumidas) mencionadas (MENDONÇA e MONTEIRO, 2003).

Por uma estranha coincidência num período de atuação na USP coincidir com o período turbulento da intervenção militar, entre os anos de instalação do Ato Institucional nº 5 (1968) e o ano anterior à promulgação da Constituição de 1968. Além dos problemas de insegurança, foi um período de poucos recursos, de verbas,

⁸ Produzido em 1964 este trabalho, nas dimensões de um grande atlas climatológico sobre a dinâmica climática e as chuvas no Estado de São Paulo, só seria editado em 1973 (dez anos após) graças ao empenho do Professor Aziz Ab’Saber, com os parcos recursos do IGEOG-USP.

⁹ Moscou, Praga, Lagos, Tóquio, México, São Paulo, Majorca, Paris, Barcelona, Nalchic e Camberra.

mesmo aquelas necessárias ao desempenho docente, como excursões didáticas, pesquisas de campo. Como sempre fui comedido (talvez até refratário) em receber auxílio de instituições provedoras (FAPESP foi a única, com três pedidos) recorri ao expediente de prestar assessoria a instituições de planejamento. Entre 1971 e 1980 juntei-me a equipes de arquitetos, urbanistas de São Paulo e, sobretudo, à Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, entre 1975 e 1985, orientando alguns projetos¹⁰.

Uma experiência fruída no exterior que foi muito proveitosa foi o meu estágio de seis meses passados no Programa para a América Latina conduzida pela Universidade de Tsukuba no Japão, como “pesquisador visitante”. Ali pude efetivar uma pesquisa sobre uma área do Nordeste Brasileiro, iniciada no campo em 1982 e elaborada em Tsukuba durante o estágio de setembro de 1982 e abril de 1983. Disto resultou a publicação, em inglês, no *Latin American Studies*, editado por aquela Universidade (MONTEIRO, 1988). Este trabalho escrito e publicado em inglês¹¹ é capaz de desvelar toda a minha maneira de sentir geograficamente, ou seja, abordar a íntima relação entre o homem (social) em seu relacionamento com a terra (natural).

Por cansaço e receio de não poder continuar atuando com a mesma vitalidade e empenho como professor, orientador e pesquisador e ver-me enredado em atividades administrativas, aposentei-me aos sessenta (60) anos de idade, em março de 1987. A aposentadoria não significou uma “parada” em minhas atividades. Quis apenas significar uma “mudança”. Embora não tenha deixado de “produzir” – as contrário, tenho trabalhado muito desde então – iniciei uma outra fase, que é a atual, que eu prefiro designar como sendo de REFLEXÃO. A atividade acadêmica continuou-se ainda entre 1987 e 1990 quando emprestei colaboração às Universidades Federais de Santa Catarina e Minas Gerais, nos cursos de Pós-Graduação em Geografia. Mas cancelei minhas participações em bancas examinadoras de teses e concursos. E nunca pude liberar-me dos muitos convites provenientes de várias Universidades e Instituições para participar de eventos e fóruns de debates sobre Geografia.

O que realmente caracteriza as reflexões diz respeito às obras que realizei dando um balanço auto-crítico sobre o meu desempenho passado, o que se materializou nas obras “Clima e Excepcionalismo” (MONTEIRO, 1991) E “Geossistemas: a história de uma procura” (MONTEIRO, 2000).

Uma realização que não deixa de ser geográfica foi a produção de um alentado trabalho sobre a minha terra natal – o Piauí – um misto de estudo histórico-geográfico

¹⁰ Estratégia esta de pesquisa que me levava a justificar perante a Comissão de Tempo Integral da USP que esta atividade era utilizada para compensar a própria carência de recursos da própria USP.

¹¹ Este trabalho, concluído em 1983, só viria a ser editado cinco anos após, por problemas decorrentes da conclusão do programa de pesquisas sobre a América Latina naquele mesmo ano. Este fato provocou um atraso na série *Latin American Studies*, que só viria a ter seu N° 10 editado em 1988. Inédito em língua portuguesa, este trabalho veio a ser traduzido e publicado, com todas as suas ilustrações, na Revista *INTERGEO*, do Departamento de Geografia da UFMT em Rondonópolis, MT.

associado ao memorialismo, já que foi centrado na saga familiar abrangendo quatro gerações (1850-1950) e tomada como “meio” de caracterização histórico, sócio-econômico sobre aquele Estado tão pouco conhecido. Disso resultou um conjunto de cinco volumes, com um total de duas mil páginas, ilustradas por mim. Uma obra muito complexa que, por isso mesmo, permanece inédita mas que, talvez, tenha sido a coisa mais relevante que consegui produzir.

Outra realização paralela, para mim muito importante, foi a minha colaboração com o Centro de Estudos Brasileiros da Faculdade Internacional de Estudos Culturais da Universidade de Tenri, província de Nara, no Japão, onde atuei nos anos de 1995 a 1997. Nesses dois anos, estudei muito e produzi alguns trabalhos sobre o Brasil, alguns publicados, outros inéditos. Tive ensejo de viajar pelo extremo oriente, visitando a maior parte dos seus países.

Como atividade geográfica – impossível de abandonar – procurei uma linha de pesquisa que fosse factível de realizar para quem não dispõe mais de vínculo institucional e é refratário a qualquer pedido de auxílio a instituições oficiais de apoio à pesquisa. A retomada relativamente recente de interesse pela Geografia Cultural, sobretudo aquela que se volta à linha Humanística, levou-me a escolher aquela de relacionamento ciência-arte, dirigindo-me a relação Geografia-Literatura em nosso país. Uma série de trabalhos produzidos aqui no Brasil e no Japão, foi grupada numa coletânea intitulada – “O Mapa e a Trama: ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas”, editada pela Editora da Universidade Federal de Santa Catarina (MONTEIRO, 2002b). Minha admiração pelo escritor Guimarães Rosa levou-me a associar-me à realização das Semanas Roseanas em Cordisburgo (MG), terra natal do escritor, e a comparecer aos Seminários Internacionais sobre o mesmo, realizados bialmente na Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte.

Ampliando meu interesse pela relação ciência-arte acabo de realizar dois ensaios. Um deles sobre o documentário cinematográfico realizado pelo jovem cineasta José Rafael Gallotti Mamigonian sobre *Seo Chico* que rotulei “O Homem Arcaico e a Sacralização da Terra” e outro sobre um pintor paulista de meados do século XIX: “A Pintura de Miguel Dutra (1810-1875) e o Significado Geográfico num Artista Poliédrico” de São Paulo em meados do século XIX.

Desde 1998, ao aproximar-se a celebração dos cinco séculos de América, iniciei um ambicioso projeto proposto para dois volumes (Brasil 1500 e Brasil 2000) ainda relacionando Geografia-Arte a ser rotulado “O Cristal e a Chama”. Já consegui completar o texto do primeiro volume e suas muitas ilustrações. Tem sido impossível iniciar o segundo, diante do atendimento a tantas gentis solicitações.

Eis aqui, pois, esboçado o retrato de um geógrafo brasileiro da segunda metade do século XX, agora diante da complexidade do mundo e das diretrizes das ciências nesta soleira do século XXI. Em vez de exibir-me como um profissional satisfeito (realizado) e convicto da importância de sua contribuição faço questão de exibir-

me honesta e francamente. Neste ocaso de carreira (e de vida) encontro-me mergulhado em dúvidas, incertezas e perplexidades. E para coroar esta exposição de vida profissional escolhi, dentre vários, três grandes problemas centrais com os quais venho debatendo-me e quero exibi-los a vocês, colegas docentes em plena atividade e jovens que, na Pós-Graduação, preparam-se para promover os novos rumos da Geografia neste mundo “globalizado” e cada vez mais complexo.

A Geografia ante a inexorabilidade das mudanças no/s mundo/s

Um colega e grande amigo de minha geração, costuma dizer-me que a Geografia que se fazia no Brasil nos meados do século passado era muito superior a que se faz atualmente. Não sei se concordo com esta assertiva. Parece-me que naquele então, não só nossa comunidade era bem menor, o mundo muito menos complicado e a nossa Geografia, recém entrada numa nova fase, pretensiosamente científica, enfrentava, com seus métodos e técnicas, constrangimentos bem menores que os atuais.

As concepções da escola francesa, que nos norteava, sob influências vidalianas, centravam-se nas relações Homem-Meio (Sociedade/Natureza) o que resultava, malgrado a inegável dificuldade desse “objeto”, em bases filosóficas, moderações metodológicas, e técnicas bem menos complexas. Percebia-se naquele princípio de século que as diferentes ciências – tanto naturais quanto humanas – dispunham de limites bem mais claros.

A propósito desses limites recorro que o meu amigo José Veríssimo da Costa Pereira, meu chefe na Divisão de Geografia do CNG-IBGE¹², a propósito da comunicação enviada pelos colegas Lysia e Nilo Bernardes (1950), sob o tema “A Pesca no Litoral do Rio de Janeiro” ao Congresso da UGI, realizado em Lisboa em 1949, opinava que era um belo trabalho geográfico, exorbitando contudo na parte técnica dos processos pesqueiros¹³ o que, segundo ele, resultava numa *ilustração etnográfica*. No já citado artigo de Pedro Geiger, ele apresenta dois exemplos dessa preocupação em estabelecer limites. Diz ele que, em 1951, parecer do geólogo Silvio Froes Abreu negava a publicação de trabalho dele (em colaboração com Regina Espínola – posteriormente Rochefort) focalizando um trecho do entorno da metrópole carioca, argumentando que se tratava mais de Sociologia do que Geografia.

¹² Na minha iniciação à Geografia, Veríssimo, com sua erudição, sua excelente biblioteca que me era franqueada pela amizade pessoal que me ligava a ele e sua família, e muito pelas nossas conversas teve um importante papel. Infelizmente ele faleceu (1955) após meu retorno da bolsa de estudos na França.

¹³ O referido trabalho, publicado na Revista Brasileira de Geografia, apresentava doze páginas de desenhos ilustrativos dos instrumentos pesqueiros ali utilizados.

Qual seria o julgamento daqueles juizes ao se defrontarem hoje com estudos geográficos tratando de gênero, prostituição, e outros temas?

Passando ao outro lado, se tomarmos como exemplo um clássico da Sociologia feito no Brasil como a obra “Os Parceiros do Rio Bonito”, de Antonio Cândido (1964), notamos que para o “estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida”, embora estejam ali implícitas muitas informações de natureza “humana” na Geografia, não se poderá acusá-lo de preceder seu estudo de “meios de vida” de uma “intromissão” na Geografia.

Desde o aforisma *Panta Rei*, do pré-socrático Heráclito de Éfeso (cerca 450 a.C.), ressaltando que “tudo flui” – exemplificando com o morro, aparentemente imóvel, e as águas de um rio – que as mudanças são para ser tidas como algo inexorável. O que se espelha no princípio básico da nascente geografia científica, naquele da “mobilidade terrestre”. No campo das ciências isto foi explorado por Thomas Kuhn (1962) ao apontar a mudança de paradigmas propiciando a vigência de períodos “normais” alternados a “revolucionários”¹⁴.

Do que pudemos focalizar na primeira parte, e no artigo de Geiger, é inquestionável a mudança que se operou na Geografia, diretamente ligada ao problema da *regionalização*. É inquestionável que desde que tendo por objeto a “organização do espaço” a economia política suplantaria a organização natural. O que se pode questionar é se, devido a essa nova realidade, a consideração da natureza, no âmbito da Geografia, deve ser banida totalmente. A localização de um complexo industrial num dado espaço geográfico, pode ter sido promovida por motivos totalmente sócio-econômicos. Mas o que não se deve esquecer é que aquela materialidade física imposta pela força social desde que inserida num espaço natural, sua produção indesejável – poluição das águas, solo e ar, por exemplo – integra-se no sistema natural e, como tal, obedece às leis específicas daquela organização.

As mudanças admitem diversos graus de modo e intensidade. Cumpre avaliar se elas são derivações, alterações, metamorfoses simples ou intensas, transfigurações. Será que a Geografia que vigorou em meados do século XX tornou-se outra coisa? Por que continuar a usar o mesmo rótulo? E quando o homem estiver criando estações na Lua e em Marte, conservará o mesmo rótulo? Não há de faltar quem admita que a conquista do espaço sideral seja um “construto social”. Mas, queiram ou não, ela vai requerer especiais tecnologias para se safar das contingências (constrangimentos, limitações) *físicas* como zero de gravidade, de temperatura absoluta, etc, etc.

Em matéria de Novas Geografias, a brasileira brindou o mundo com o monumental legado de Milton Santos, nosso maior orgulho e unanimidade incontestável. Em

¹⁴ Concordo com o autor do ponto de vista da “sociologia da ciência”, ou seja, quando a evolução é centrada no comportamento de equipes de pesquisas sob a liderança de um “patrão”. Paul Feyerabend, igualmente físico como Kuhn, discorda deste quando focaliza o próprio campo da natureza da ciência Física.

meio a uma copiosa obra (BRANDÃO, 2004) é bastante significativo o fato de que aquela intitulada “Por Uma Geografia Nova” foi editada em 1978, ano do encontro da AGB em Fortaleza. Recordo-me que em nosso curto período de convivência ocorrido em Tsukuba, Japão, nos idos de 1983, quando dialogávamos em fraterna camaradagem¹⁵, ele me disse que estava ciente de que sua obra estava para ser melhor entendida no futuro. O imenso sucesso que ele obteve parece contradizer aquela impressão, mas eu estou persuadido a concordar com ele de vez que, na minha opinião, sua obra extravasa, de muito, o âmbito da Geografia.

Exclusivamente voltado à Geografia Humana, o conjunto de sua obra parece ser uma tentativa de alcançar a *teoria geral das ciências sociais*. Talvez por um comodismo “corporativista”, ele deixou-se levar pela tradição estabelecida quanto ao rótulo do campo de conhecimento. O que é certo de que não há paralelo em outra carreira na Geografia Humana brasileira que haja sido tão bem sucedida, uma indiscutível unanimidade, não só no Brasil como também no exterior¹⁶.

A argumentação de Milton Santos sobre a natureza *social* da Geografia levou-me a refletir sobre o que eu fizera e continuava fazendo. No meu aprendizado da Geografia sempre a tive como algo “unitário” no encontro do natural com o social. Jamais me fechei no âmbito da Geografia Física, e muito menos no setor de Climatologia – eleito mais por carência de atenção do que por preferência pessoal – procurando no proposto paradigma do “ritmo” dirigi-la, diferentemente da Meteorologia, para relacionar o comportamento atmosférico com a atividade do homem. A importância multi-espectral do clima para o homem e sua feição sócio-econômica sempre me dirigiu a integrá-lo à atividade humana. Fosse como importante “transput” à atividade e economia agrária, fosse como importante vetor da qualidade ambiental urbana, o desempenho da atmosfera foi visto sempre a partir de uma visão “antropocêntrica”, mas nunca me ocorreu considerar-me um cientista social. Teria sido eu uma “ave fora do ninho”? Seria realmente impossível

¹⁵ Meu estágio de seis meses em Tsukuba coincidiu com aquele de três meses de Milton que, malgrado suas múltiplas viagens para conferências, pudemos aproximarmo-nos, o que não tinha sido possível, embora eu o tenha conhecido em sua estréia na AGB, na memorável Assembléia Geral ocorrida em Belo Horizonte em 1950. Outra aproximação ocorreu na época em que ele se transferia da UFRJ para a USP, quando logo após seu ingresso eu me aposentei.

¹⁶ Este fato parece inquestionável entre os geógrafos brasileiros pois, se houve discordância, ela nunca foi demonstrada. No âmbito das ciências sociais – onde meu conhecimento é limitado – pude notar apenas dois sinais. Um deles na obra “A Crítica da Razão do Caos Global” do sociólogo alemão atuando na Amazônia (UFPA) e agora radicado em Santa Catarina, Franz Joseph Brüseke (1993), quando tratados diferentes conceitos de espaço. Embora não diretamente mencionando Milton Santos (citado três vezes) aquela conceituação é discordante. Outro caso, de caráter mais pitoresco, adveio da manifestação de nosso filósofo José Artur Giannotti, contestando Milton Santos num seminário sobre “Humanidades, Pesquisa, Universidade” em 21.03.1994, por mim comentado no trabalho intitulado “O Físico da Geografia: Mensagens e Portadores” (MONTEIRO, 1995).

ou objeto errôneo tentar conectar os processos naturais aos sociais? Aquilo que me atraiu na Geografia (a ponto de renunciar à História) e que parecia a razão mesma do seu encanto era falso?

Na opinião de alguns colegas eu estou errado. Encontro isto em um deles num artigo intitulado “O Espaço Geográfico no Mundo Atual”. Após declarar que “a natureza já é bastante conhecida e dominada” conclui que “o objeto de preocupação da Geografia, se desloca, então, do território para o espaço, que é eminentemente social, construção humana como espaço da sociedade e não apenas morada do homem, mas o lugar de viver, de trabalhar, de produzir, de consumir, de lazer, da exploração, da dominação e do poder”.

Mas o mundo dá muitas voltas e Heráclito tinha razão: tudo flui e nesta fluidez no tempo há diferentes ritmos e modos. Há o linear, o circular, o espiral simples e o complexo, o cumulativo, etc, etc. Ano passado, junho de 2005, revisitando Londres, passei toda uma tarde na livraria Foyles, vendo as prateleiras sobre Geografia, para inteirar-me das “novidades”. Surpreendi-me por não encontrar algo de realce. A grande surpresa foi deparar-me com a coletânea, organizada por Mathews e Herbert (2004) sob o título “Unifying Geography: Common Heritage, Shared Future”. Permito-me aqui a projetar o sumário da obra para exibir que muitos conceitos, teorias e técnicas consideradas já ultrapassadas, são reavaliadas. Ao final, após as abordagens dos vários colaboradores da coletânea, os organizadores apontam três conclusões básicas sobre o destino da Geografia: 1º) A continuar tratando de *tudo* a Geografia acaba por significar *nada*; 2º) A separação entre Física e Humana, resultará em duas disciplinas enfraquecidas; 3º) O mais viável é uma retomada do *core* da Geografia cujo objeto se encontra na relação sociedade-natureza.

É surpreendente que uma equipe de geógrafos britânicos, onde as revoluções quantitativa e teórica tiveram tanta acolhida e onde a “crítica radical” é considerável no presente momento, venha a advogar esta causa ao retorno à “unificação”. Seria isto adesão ao tempo circular, configurando o eterno retorno? Seria uma vinculação à espiral ascendente, onde não se configura um nítido retorno posto que seria uma projeção coincidente entre o rebatimento do ponto superior ao inferior? Em minha opinião seria antes a concepção do *tempo espesso*, bergsoniano, onde o presente não descarta os pontos positivos do passado e projeta-se a outros pontos desejáveis no futuro. Só o devir esclarecerá estes problemas e a vocês, jovens praticantes e recém ingressantes na Geografia, caberá esta solução.

O Social na Geografia e o problema interioridade-exterioridade no Homem

A relação entre Homem e Natureza é um problema sujeito a acentuadas polêmicas que têm atravessado os tempos. Ao sofista Protágoras de Abdera (c. 485-c 420 a.C.) é atribuída a máxima segundo a qual “o Homem é a medida para

todas as coisas”, o que é um dos temas abordado no diálogo “Theaetetus” de Platão (c. 428-c 348a.C.), o que enseja uma interpretação de que isto reflete um profundo pessimismo de que se venha a atingir uma teoria do conhecimento (episteme) universalmente válida. O judaísmo-cristianismo, ao considerar o Homem como feito à imagem e semelhança de Deus, não só corrobora aquela máxima como, segundo alguns (WHITE, 1967), confere ao Homem o direito de veto sobre a natureza.

Sob o impacto da revolução copernicana, tirando a terra como centro de um universo admitido como infinito, o que tanto angustiou Pascal, Descartes propõe que o Homem assuma o papel de “referencial”. Produziu-se a substituição de um paradigma *ontocêntrico* por um outro *antropocêntrico*. Nietzsche advertiu-nos de que o Homem julga-se *criador de valores, mas esquece sua própria criação e vê nelas algo de transcendente, de eterno retorno e verdadeiro, quando os valores não são mais do que humano, demasiado humano*. E no seu “Sobre Verdade e Mentira no Sentido Moral” (1873) a propósito desse valor limitado, cabalmente “antropomórfico” declara:

O pesquisador dessas verdades procura, no fundo, apenas a metamorfose do mundo em homem, luta pelo entendimento do mundo como uma coisa à semelhança do homem e conquista, no melhor dos casos, o sentimento de uma assimilação. Semelhante ao astrólogo que observa as estrelas a serviço do homem e em função de sua sorte e sofrimento, assim um tal pesquisador observa o mundo inteiro como ligado ao homem, como a repercussão infinitamente refratada de um som primordial, do homem. Seu procedimento consiste em tomar o homens como medida de todas as coisas: no que, porém, parte do erro de acreditar que tem essas coisas imediatamente, como objetos puros diante de si. Esquece, pois, as metáforas intuitivas de origem, como metáforas, e as toma pelas coisas mesmas.

Saindo do campo da filosofia para aquele da ciência encontramos alguns biólogos notadamente na presente linha da “hard ecology” que vêem no homem nada mais do que um animal, em nada superior às outras espécies zoológicas¹⁷. E entre os artistas tenho aqui a opinião do dramaturgo escritor norte americano Tennessee Williams que, em um dos seus contos – “A Maldição” – jocosamente aponta a visão desoladora do nosso planeta Terra, movendo-se como um boi estúpido “num sulco circular, arando porções de tempo para conveniência do homem”.

Exageros radicais à parte, pessoalmente prefiro admitir certa justificativa para um moderado “antropocentrismo” respaldado pela opinião de Heidegger segundo o qual o conceito de mundo é criação interna do homem.

¹⁷ Não disponho, neste momento, de nenhuma indicação precisa de autor mas, pelo que tenho visto, é uma tendência entre aqueles cientistas indignados com a presente “questão ambiental”.

Desde que dirigi minha atenção para o viés cultural da Geografia, especificamente voltado ao seu papel na edificação do tão necessário “novo humanismo”, a questão que se coloca é que o homem, inegavelmente um animal gregário, é visto apenas no coletivo do “social”. Recorro outra vez a Nietzsche que, em “Sobre o Niilismo” (1888), critica o *instinto de rebanho* nessa visão coletiva:

... *Nossa inteira sociologia não conhece nenhum outro instituto senão o do rebanho, isto é, dos zeros somados, - onde cada zero tem direitos iguais, onde é virtuoso ser zero ...*

A valoração, com que hoje são julgadas as diferentes formas de sociedade é idêntica àquela que outorga à paz um valor mais alto que à guerra: mas esse juízo é antibiológico, é até mesmo um rebento da decadência da vida ... A vida é uma decorrência da guerra, a sociedade mesma um meio para a guerra... O senhor Herbert Spencer, como biólogo é um decadent, - e também o é como moralista (vê na vitória do altruísmo algo digno de ser desejado!!!).”

Não há como não lembrar da afirmação de Ives Lacoste de que “La Géographie, ça sert à faire la guerre”. Mas é provável que o filósofo alemão e o geógrafo francês exagerem. O meu problema é questionar a concepção de um *coletivo* que ignore o *individual*.

No esplendor do pensamento clássico grego foram propostas três tarefas teóricas fundamentais ao pensamento: (1) a crítica do *mito*; (2) a racionalização do *destino*; (3) a interpretação racional da *natureza* (AQUINO, inédito). Junto-me ao antropólogo Mircea Eliade e ao psicanalista Carl Jung no valor simbólico dos mitos para nos facilitar a compreensão dos fatos. E neste problema ora focalizado, recorro ao mito romano de JANUS. Entidade bi-facial, uma voltada para dentro outra para fora, simboliza no primeiro caso o desejo de afirmação pessoal enquanto no segundo a fatalidade de ter que integrar-se no “meio” em que vive. Esta exterioridade não diz respeito apenas à “natureza” mas também, e certamente à “sociedade” no seio da qual está inserido.

Na evolução do conhecimento humano há dois momentos marcantes a resgatar. O primeiro deles ocorre no apogeu da cultura grega clássica representada pelos filósofos Sócrates (c. 470 – c. 309 a.C.) e Aristóteles (384 – 322 a.C.). Enquanto o primeiro enfatizou a interioridade, preservando a reflexão (o sábio sabe que não sabe) e a liberdade moral do Homem (preferir a morte envenenado pela cicuta em vez de pagar a multa imposta pelo poder), o segundo enfatizava a exterioridade, voltando o Homem para a curiosidade, a investigação científica¹⁸. O segundo momento ocorre na segunda metade do século XIX início do século XX com as obras de Karl Marx (1818-1883) e Sigmund Freud (1856-1939). Enquanto o primeiro

¹⁸ Este tema mereceu uma profunda análise de Mario Vieira de Melo em sua obra “O Homem Curioso – O problema da exterioridade na Filosofia de Aristóteles” (1993).

dirigiu-se à externalidade social-econômica da sociedade em suas lutas de classes, o segundo voltou-se para a interioridade psíquica do homem face às pressões sociais, da família à comunidade social em que se vê forçado a integrar-se.

Parece-me que, para a elaboração do necessário *novo humanismo* é absolutamente necessário acrescentar às injunções sócio-econômicas que “determinam” a realidade exterior aquelas individuais que constituem aquilo que se considera a “condição humana”. Aliás, a Freud deve-se juntar Martin Heidegger já que ante as coletividades sociais regidas pela economia (pelo dinheiro), ambos tiveram uma percepção aguda. Eles pensaram o “deslocamento”. Para Heidegger do lugar (geográfico) e da questão (social), através d’”o ser”. Para Freud, do seu emissor-receptor, “o inconsciente”.

Quando da realização do 3º Simpósio Nacional sobre Espaço e Cultura, realizado pelo NEPEC-UERJ entre 23 e 25 de outubro de 2002, atrevi-me a proferir uma palestra rotulada “Interioridade-Exterioridade no Homem”¹⁹ acompanhada de um esquema, associado à bifacialidade janusiana interior/exterior para conduzir as reflexões sobre a relação indivíduo-sociedade encaminhando as intenções “humanísticas” da proposta.

A leitura (lamentavelmente tardia) da obra “Mal-estar na Civilização” (FREUD, 1929) possibilitou a proposta de outro esquema pretendendo apontar na grande crise histórica que atravessamos presentemente os “*mal estares*” que nos afetam (se não todos os mais significativos) no campo da Sociedade (coletiva) e do Homem (individual). A montagem do quadro, para montagem dos “*males*”, ao mesmo tempo que separam o interior e o exterior procuram escalar no campo exterior o social, o político e o econômico, naquele interior escalam ordenando-os segundo a simbologia netzschiana: Eros, Tanatos e Dionísios.

Embora não explicitando a exterioridade social (mas implicitamente perceptível) tive a felicidade de encontrar num artigo de um amigo filósofo (AQUINO, 2004), versando sobre a fundamentação metafísica na ética de Hegel e tendo como título “Sistema e Liberdade”, a relação entre o *indivíduo* e a *natureza* (a outra face da exterioridade). Atentemos para o que nos diz o filósofo²⁰:

Os conceitos modernos de indivíduo e de natureza são dois pontos pertinentes à linha de ruptura da razão clássica greco-cristã. A hermenêutica do indivíduo está no centro das axiologias da modernidade, de Descartes aos nossos dias. Cabe ao eu, nas suas situações e nas suas circunstâncias,

¹⁹ Por dificuldade causada pelas ilustrações o referido texto permanece inédito.

²⁰ O filósofo Marcelo Fernandes de Aquino, catarinense, é padre da Companhia de Jesus, atualmente Reitor da UNISINOS (Universidade do Rio dos Sinos) em São Leopoldo, Rio Grande do Sul. É muito competente e produtivo, sendo um especialista em Hegel, de cuja filosofia fez sua tese de doutorado defendida na Alemanha. Grande amigo de seus pais, já falecidos, conheço-o desde quando garoto de nove anos de idade.

assegurar a unidade biopsíquica e espiritual dos indivíduo, bem como a forma de suas relações com o mundo, com o outro e com o Absoluto. O indivíduo histórico é o ponto de convergência da trama simbólica da ética hegeliana. Concomitantemente, o advento do modelo mecanicista na ciência moderna transforma a acepção grega do conceito de natureza (physis), como princípio de movimento e transformação intrínseco aos seres individuais, que vigorou na cultura ocidental desde as origens da filosofia no século VI a.C. A versão aristotélica deste conceito foi recebida pelos autores medievais e integrada, com as devidas correções, na doutrina cristã da criação. A ruptura com o conceito grego de natureza, remodelado no âmbito da experiência cristã, faz com que, lentamente, o conceito de Deus-Criador vá se dissolvendo no universo mental do homem moderno.

Maior entendimento tivesse eu da produção filosófica, a qual nesse outono de vida esforço-me por penetrar, encontraria eu o suporte para sustentar esta tese, a meu ver tão necessária para a construção desse necessário “*novo humanismo*”. Creio que é um auspicioso caminho a percorrer pelos jovens geógrafos.

A Geografia entre a “razão” e a “derrisão”

A terceira inquietação que me perturba diz respeito à RAZÃO condutora da CIÊNCIA. Também ela, como todas as coisas, “muda” através do tempo e é, inclusive, um dos vetores básicos para a caracterização de uma nova “modernidade”: razão, conhecimento e humanismo. Inverti deliberadamente a ordem, deixando por derradeiro a “razão”. Relembrando aquela trilogia do conhecimento da era grega clássica talvez se possa associar o primeiro problema aqui focalizado como o enfoque racional da Geografia para a *natureza*; o segundo problema pretendeu dirigir-se à *crítica do mito* (aquela de Janus) voltada à dualidade interna-externalidade; e agora, com mais facilidade, creio eu, poderei abordar a racionalidade do destino ou seja, a razão vigente e sua projeção para o futuro.

É fato aceito que a razão cartesiana²¹ conduziu a ciência dita *moderna* que vigorou plenamente até o início do século XX com o advento das teorias da relatividade e dos quanta. Não se poderá apontar qual a nova razão, inauguradora de uma *nova modernidade*, porquanto todo o século XX foi um acúmulo superposto de grandes progressos, que possibilitaram os avanços tecnológicos. Mas, mergulhados na própria grande crise transicional (ou revolucionária) a nova razão prevalecente ainda está “em fazimento”.

²¹ Tomando Descartes como símbolo já que não poderemos dissociá-lo de Copérnico, Galileo Galileu e outros luminares do século XVII.

Recorro novamente ao amigo filósofo Aquino (2004) que, em dois breves parágrafos apresenta uma síntese suficientemente clara para nós, não filósofos:

A nova idéia de razão manifesta-se na constituição de um tipo de ciência que se funda na relação técnica ou experiencial do fazer dos humanos com o mundo. Na medida em que é o termo desta relação, o mundo apresenta-se como campo dos fenômenos que se oferecem à atividade conceptualizante e legisladora da razão, bem como à atividade transformadora da técnica. Na tradição da divisão aristotélica do saber, a relação poética ou técnica com a natureza constituía uma forma de saber distinta da forma de saber praxeológica, que regia as relações sociais e políticas. Esta relação técnica com a natureza assume importância sempre maior nas sociedades modernas, e acaba determinando a formação de valores em torno da satisfação das necessidades, um problema fundamental da organização sócio-política moderna.

A revolução científica galileana e as revoluções filosóficas protagonizadas por Descartes e Hobbes impuseram duplo desafio à metafísica e à ética modernas: 1) pensar a constituição e a estrutura cognoscitiva do sujeito capaz de assumir o novo destino histórico da razão; 2) pensar a natureza da realidade capaz de oferecer-se à atividade demiúrgica do sujeito e plasmarse como mundo de objetos e artefatos construídos pela poiesis humana. As tentativas de superação deste duplo desafio no domínio da ação e da consciência do dever-ser influenciaram profundamente o itinerário da ética moderna (AQUINO, 2004).

[Note-se bem que não há como não lembrar Milton Santos nesta transcrição o que, a meu ver, demonstra que ele está à vontade no campo da Filosofia e bem além dos limites do escopo “disciplinar” da Geografia. Para sua procura da teoria geral para as Ciências Sociais tornava-se imprescindível o suporte filosófico.]

Uma outra perturbação afetando o campo da Ciência é aquela da rivalidade entre Ciências ditas puras, exatas (*hard sciences*) e aquelas sociais, humanas, “humanidades” (*light sciences*). Ocorre um significativo movimento de aproximação científica não só entre as ciências mas também com as letras e até mesmo com as artes, o que não deixa de ser um importante passo para a produção de um conhecimento mais conjuntivo ou seja, a necessária *nova episteme*²². Este movimento, do qual I. Prigogine pode ser tomado como um bom representante, sobretudo pela sua obra *La Nouvelle Alliance* (PRIGOGINE e STENGERS, 1979) veio dar lugar a um outro, de caráter bem oposto, que veio hostilizar as ciências

²² Creio que este movimento não pode deixar de ser associado às grandes agitações que, se podem ser acumuladas no quinquênio 1968-1973 – um possível “*turning point*” – dispersaram-se pelo resto do século recém findo, constituindo a própria “grande crise” que atravessamos.

humanas, incluindo o que foi designado como “*filósofos pós-modernos*”. Ocorrido mesmo na soleira de virada dos séculos não tenho meios de avaliar sua repercussão. Contudo pode ser apontado o “estopim” de algo que explodiu como uma bomba. Trata-se da obra de parceria entre os físicos Alan Sokal e Jean Brichefont intitulada *Fashionable Nonsense* que, na tradução e edição brasileira recebeu rótulo ainda mais contundente, “Imposturas Intelectuais – o abuso da Ciências pelos Filósofos Pós-Modernos” (SOKAL e BRICHEMONT, 1999)²³.

Chegou-se a falar em “Guerra das Ciências”, embora os autores em foco não concedam importância a ela. Uma das críticas a registrar aqui é aquela a propósito de “cientificismo” que eles definem sem rigidez como sendo “a elisão de que métodos simplistas mas supostamente *objetivos* ou *científicos* nos permitirão resolver problemas muito complexos”. Nestes casos tais ilusões levam ao esquecimento partes importantes da realidade simplesmente porque estas deixam de se encaixar no sistema posto *a priori*. E acrescentam:

Lamentavelmente exemplos de cientificismo são abundantes nas ciências sociais: podem-se citar, entre outros, certas correntes da sociologia quantitativa, da economia neoclássica, do behaviorismo, da psicanálise e do marxismo. (sic) (SOKAL e BRICHEMONT, 1999:209).

Isto é tanto mais lamentável quanto se estava num momento de exaltação à prática da “interdisciplinaridade”, o que facilitaria o conhecimento mais cognitivo.

Contudo, como estamos no meio de uma grande crise, o que torna o futuro, os horizontes projetivos muito imprevisíveis e admitindo-se que “a racionalidade é sempre uma adaptação a situações novas”, atrevo-me a correr o risco de estar caindo no “cientificismo”. Mas para chegar ao fecho devo precedê-lo de outro fato que me parece importante, inclusive para reforçar a questão de internalidade-externalidade do homem.

Uma das heranças do século vinte foi a nossa entrada no estatuto atômico. A bomba de Hiroshima ao final da segunda grande guerra mundial parece ter sido o marco no *desencanto do mundo*, que seria agravado pelo enorme desenvolvimento tecnológico, nosso condutor à *tragédia do desenvolvimento*. Embora isso se tenha tornado mais claro no final do século XX, numa demonstração de que muitas vezes a sensibilidade dos *artistas* precede a competência dos cientistas, isto foi marcado no meio do século, mal terminada a guerra mundial, pelo escritor e teatrólogo irlandês radicado na França, em sua peça *En Attendant Godot* criada em Paris em 1953.

Ao estatuto atômico e a alta tecnologia – após a política da guerra fria, e ao desequilíbrio no poder mundial com uma liderança dos USA e o desmoronamento

²³ Dentre cerca de uma dúzia de autores (quase todos franceses) analisados diretamente encontram-se J. Lacan, J. Boudrillard, G. Deleuze e Felix Guattari, P. Virilio. A maioria deles do campo da Filosofia, mas os comentários gerais referem-se às Ciências Sociais em bloco. Felizmente não há “geógrafos” incluídos na crítica.

da URSS, - o novo impulso do capitalismo induziu-nos ao neoliberalismo, mercado mundial e à globalização²⁴. Isto trouxe-nos a um *mal estar* bem mais grave do que aquele abordado por Freud no início do século XX. Esta globalização que une uma “humanidade” extremamente desigual, heterogênea, moldada pela força econômica e poder político, compõe-se de “nações” as mais heterogêneas. Nesse conceito universal deparamo-nos, então, com uma situação mais grave ainda que, independente do grau, se assemelha no gênero àquela dualidade *individuo* (interno) tendo que incluir-se na *sociedade* (externa).

Em escala mais grandiosa encontramos em face de muitos “elementos” países ou *nações* compondo um conjunto muito heterogêneo onde cerca de oito ricos dominam uns poucos remediados e uma grande maioria de pobres. As diferenças *interiores* (culturais, religiosas, sanitárias, educacionais, etc.) cambiantes de umas para as outras podem formar subconjuntos por algumas afinidades²⁵. Arriscando cair nas malhas do “cientificismo” ou coisa pior, arriscaria imaginar que, tal como os indivíduos ante as sociedades, lutando para preservar suas “liberdades morais”, “acervos culturais” elas lutam pela sobrevivência, movidas por uma pulsão de vida, tal como EROS, enquanto a parte dominante, tal como TANATOS, representa a poderosa pulsão da morte que, impelida para fora, acaba por exterminar os outros. As imagens de Eros (vida) e Tanatos (morte) fazem-me associá-las àquelas da velha alquimia onde o binômio opoente complementar: COAGULA, junta – DISSOLVE, dissocia, separa.

Valho-me dessas associações (talvez impróprias) para a reflexão de que para o futuro da Geografia aplicável ao Brasil não devemos esquecer de nossas especificidades. Somos ainda um país fraco, querendo adquirir força dentro de uma realidade econômica de *subdesenvolvimento* e comprometida com uma realidade geográfica *intertropical*. Duas poderosas componentes: uma natural (tropicalidade) em face de outra social (grau ainda fraco de desenvolvimento econômico).

Parece-me claro que a nós conviria uma geografia que tivesse como objeto, sob um caráter unitário, a relação sociedade-natureza que, embora complexa e difícil, não é impossível de alcançar. Uma geografia optante para o social, divorciada da realidade natural que, muito longe de estar *dominada*, requer, acima de tudo, ser *conhecida* e convenientemente utilizada.

²⁴ Embora sob o rótulo de “globalização” a história universal possa arrolar uma meia dúzia de expansões em direção a ela, somente agora, graças à tecnologia das comunicações ela se apresenta mais digna desse rótulo. Lamento não haver analisado ainda a obra “Por uma outra Globalização” de Milton Santos.

²⁵ Conjuntos ricos e poderosos como a UE e ALCA e fracas como MERCOSUL, para mencionar aqueles formados pela força econômica, OTAN, pelo poder militar, etc. etc. A proposta das diferenças culturais vale a pena ler o artigo de Nelson Ascher: “Relativismo Cultural e Multiculturalismo”, publicado na Folha de São Paulo (ASCHER, 2005).

Para aqueles que se afeiçoarem pela linha de investigação privilegiando o cultural-humanístico parece-me necessário considerar moderação e evitar exageros e distorções. Estive entre aqueles que simpatizaram com a proposta anarquista (suavizada pela dadaísta) de Paul Feyerabend preconizando o *vale tudo* (*anything goes*). Ante a divergência entre Descartes, defensor do método *único* e aquela de Pascal, admitindo que nem todos os problemas requerem o mesmo modo de solucioná-los, prefiro a flexibilidade de método.

E já que o *dadaísmo* foi um marco de liberdade no domínio das *artes*, o marco fundador da atual arte contemporânea, onde o *vale tudo* foi o fundamento, lembraria o que certa crítica constata a propósito da questão.

Arthur C. Danto, filósofo e crítico de arte da Universidade de Columbia, já opinava em sua obra “A Transfiguração do Lugar Comum” (DANTO, 2005), publicada trinta anos atrás (1965), como erudito filósofo da arte que é, apontando a antevisão do que encontramos hoje no domínio das artes plásticas. Ao tratar da necessidade de *teoria* para a arte (lembremo-nos da teórica em Geografia) diz-nos ele:

Por essa razão, é essencial para o nosso estudo compreender a natureza de uma teoria da arte, de uma teoria tão poderosa a ponto de extrair objetos do mundo real e torná-los parte de um mundo diferente, um mundo da arte, um mundo de coisas interpretadas. Essas reflexões mostram que há uma relação interna entre a condição de uma obra de arte e a linguagem que a identifica como tal, pois nada é uma obra de arte sem uma interpretação que a constitua como tal (DANTO, 2005, p. 203).

Contra este truísmo que vincula a *arte* a uma *interpretação*, após o *dadaísmo*²⁶ e a crescente comercialização das obras de arte, acentua-se cada vez mais a “*interpretação*”. Marcel Duchamp propôs como obra de arte coisas tais como: uma roda de bicicleta sobre um banquinho; um urinol transformado em fonte; funis de engarrafar cidra propostos como obra de arte por uma simples assinatura do artista. Tornou-se em objeto-de-arte um arte-fato.

É preciso pensar – diante das múltiplas direções em que se espalha a Geografia – em não exagerar a liberdade de ação e muito especialmente as *interpretações*. Se as ciências exatas pretendem comprovar, se a geografia deixou a simples *descrição* para cientificar-se pela *explicação* não vamos agora propor qualquer objeto como fato geográfico. Como no caso da pintura, mediante o aforisma de que a obra de arte é só *interpretação*, resultando em que a arte pode ser tudo ou nada, a Geografia que interpreta qualquer objeto como geográfico pode cair – como advertem Mathew & Herbert – em pretender ser tudo a acabar por ser nada.

²⁶ Dadaísmo foi um movimento artístico contestador fundado na Europa durante a guerra mundial de 1914-18 por um poeta romeno radicado na França – Franz Tsara – que vicejou fortemente até 1922. Um dos seus adeptos mais importantes foi o francês Marcel Duchamp (1887-1968) transferido para os USA em 1915, naturalizado americano em 1955.

Fecho

Estou seguro de que a exibição desta minha carreira de geógrafo atuando no Brasil na segunda metade do século XX, não é em nada “exemplar”. Quis apenas demonstrar que qualquer carreira está destinada a registrar “mudanças”, inclusive no *objeto* de estudo e nas maneiras de focalizá-lo segundo variam as técnicas, segundo o avanço dos progressos tecnológicos.

Embora agraciado pelos convites dos colegas mais jovens para dialogar, pelo carinho com que jovens ingressantes na Geografia me tratam fazendo referências à obra deixada por mim, e até mesmo honrado pela outorga de títulos honoríficos – Doutor Honoris Causa, UFRJ 2002; Professor Emérito – USP, 2004 – não me sinto “realizado”. Tenho consciência que procurei dar o melhor de mim. Como pesquisador, minha obra é “datada” e está sujeita a tornar-se obsoleta com o passar do tempo. Prezo mais a obra realizada como Professor, pela qual eu gostaria de ser lembrado. Sempre procurei dar a meus alunos o que havia de mais novo em idéias e em técnicas, sem possuir a bênção de um “guru” como guia infalível. Eu próprio desconfiei deles e os evitei. Sempre mostrei alternativas estimulando os alunos a submetê-las à crítica pessoal, cabendo a eles aceitá-las ou rejeitá-las. Afastei-me da docência no momento em que percebi que me faltariam forças e recursos para manter-me na postura que me conduzira. As 60 anos aposentei-me quando poderia ter continuado 10 anos mais.

Gostaria de me ter recolhido às minhas reflexões sobre o que fizera, continuar uma atividade geográfica de bastidores, em alguns setores que se adequassem às minhas condições de idade e de recursos, refletir sobre meus acertos e meus erros, repensar aparentes “sucessos” e reavaliar “frustrações”.

Este ano ainda tenho uma agenda de muito trabalho até o mês de outubro. A partir de outubro pretendo encerrar esta inusitada atividade que se me assemelha a uma despedida. No próximo ano estou fadado a completar 80 anos de idade e fruir do direito de ocultar uma fatal decadência física esperando que não seja mental.

Neste momento gosto de soltar meu pensamento imaginando o que será este mundo no meado do século entrante. Já teremos instalado postos avançados na Lua ou em Marte? Teremos descoberto outros sinais de vida inteligente no universo?

Contemplo agora aquela famosa montagem planisférica fotografada à noite²⁷ pela NASA, na qual o contraste de luzes e sombras revelam a desigualdade de ocupação do espaço e do grau de desenvolvimento das grandes regiões do nosso planeta.

Mais difícil de imaginar a infinitude do espaço sideral é aquela de constatar como também é infinita a pretensão do Homem em *dominar* o nosso planeta e criar suas *delirantes* novas geografias.

²⁷ Em novembro de 2000, satélites do Programa da NASA para o “Defense Meteorological Satellite Program” fotografaram a superfície da Terra durante a noite. Coladas umas às outras elas retratam um planisfério e a ocupação humana mediante a intensidade das luzes.

GEOGRAFIA ENTRE OS SÉCULOS XX E XXI: MINHA VIVÊNCIA NA 2ª METADE DO 1º E NA ENTRADA DO 2º E INQUIETAÇÕES SOBRE O FUTURO

Resumo: A partir de sua ampla e rica experiência pessoal, o autor faz um balanço das transformações da Geografia, especialmente a brasileira, ao longo da segunda metade do século XX, apontando impressões e inquietações sobre seu desdobramento futuro, a partir da “Grande Crise Histórica” que estaríamos atravessando.

Palavras-chave: História do Pensamento Geográfico – Geografia Brasileira

GEOGRAPHY THROUGH 20th AND 21st CENTURIES: MY EXPERIENCE DURING THE 2nd HALF OF THE FIRST AND THE BEGINNING OF THE 2nd AND UNEASINESSES ABOUT THE FUTURE

Abstract: From a wide and rich personal experience, the author examines geographic transformations, specially in Brazil, through the second half of 20th century, stressing points of view and uneasinesses about its future development, from the “Great Historic Crisis” we would be crossing nowadays.

Key-words: History of Geographic Thought – Brazilian Geography

BIBLIOGRAFIA

- AQUINO, M. F. (2004). Sistema e liberdade. A fundamentação metafísica da ética de Hegel (1). *SÍNTESE – Revista de Filosofia*, v.31 – Nº 101: 301-331.
- AQUINO, M. F. (inédito). Tomás de Aquino entre a Antiguidade Tardia e a Modernidade Renascental. A ser publicado na *Revista Portuguesa de Filosofia*, 26 pp.
- ASCHER, N. (2005). Relativismo Cultural e Multiculturalismo. Artigo publicado na *Folha de São Paulo*. Edição de 31.10.2005, Caderno Ilustrado, p. E8.
- BERNARDES, L.M.C. e BERNARDES, N. (1950). A Pesca no litoral do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XII, Nº1. Rio de Janeiro: IBGE: 17-53.
- BRANDÃO, M. A. (Org.). (2004). *Milton Santos e o Brasil. Território, Lugares e Saber*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- BRÜSEKE, F. J. (1993). A crítica da razão do caos global. *Série Estudos SEPEQ-2 – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA/UFFA*. Belém: SEPEQ/ NAEA-UFPA: 186 pp.
- CÂNDIDO, A. (2001). *Os Parceiros do Rio Bonito – estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Coleção Espírito Crítico. São Paulo: Duas Cidades – Editora 34: 372 pp.
- CLAVAL, P. (1995). *Histoire de la Géographie*. Coleção Que Sais-Je? Paris: Presses Universitaire de France, 125 pp.
- DANTO, A. C. (2005). *A Transfiguração do Lugar-Comum*. Tradução do original “The Transfiguration of the Commonplace: a philosophy of art”, traduzido por Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naif: 312 pp.

- FEYERABEND, P. K. (1970). *Against Method – an outline of an Anarchistic Theory of Knowledge*. London: NLB: 339 pp.
- GEIGER, P. P. (1988). Industrialização e Urbanização no Brasil, Conhecimento e Atuação da Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*. Número Especial – Ano 50 Tomo 2. Reflexões sobre a Geografia. Rio de Janeiro: Fundação IBGE: 59-84.
- KUHN, F. (1962) *The Structure of Scientific Revolutions*. International Encyclopaedia of Unified Science, Vol. II, 2nd Edition Enlarged. Chicago: The Univ. of Chicago Press, 210 pp.
- LIMA VAZ, H. C. de (1994). Sentido e Não-Sentido na Crise da Modernidade. *Síntese – Nova Fase*, Vol. 21, nº 64. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia CES-SJ: 5-14.
- MATHEWS, J. A. e HERBERT, D.T. (Editores). (2004). *Unifying Geography – Common Heritage, Shared Future*. London. Routledge: 394 pp.
- MENDONÇA, F.A. e MONTEIRO, C.A.F. (2003). *O Clima Urbano*. São Paulo. Editora Contexto. 192 pp.
- MONTEIRO, C.A. de F. (1962). Aspectos Geográficos do Baixo São Francisco. Relatório apresentado das pesquisas de campo realizadas durante XVII Assembléia Geral da AGB em Penedo, Alagoas. São Paulo: AGB. 95 pp.
- MONTEIRO, C.A. de F. (1976). *Teoria e Clima Urbano*. Série Teses e Monografias, nº25. São Paulo: Instituto de Geografia da USP. 181 pp.
- MONTEIRO, C.A. de F. (1980). *A Geografia no Brasil (1934-1977) – Avaliação e Tendências*. Série Teses e Monografias, nº 37. São Paulo: Instituto de Geografia da USP. 155 pp.
- MONTEIRO, C.A. de F. (1988). On The Desertification in Northeast Brazil and Man's Role in this Process. In: *Latin American Studies*. Nº 10. Tsukuba, Japan: The University of Tsukuba, Ibaraki: 145-156.
- MONTEIRO, C.A. de F. (1988). Travessia da Crise – Tendências atuais na Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, Ano 59 – Número Especial, Tomo 2. Rio de Janeiro: Fundação IBGE: 127-150.
- MONTEIRO, C.A. de F. (1989). Lês Orientations Actuelles de la Geographie Physique au Brésil. *L'Espace Géographique*, Nº 3. Paris: 204-208.
- MONTEIRO, C.A. de F. (1991). *Clima e Excepcionalismo – Conjecturas sobre o Desempenho da Atmosfera como Fenômeno Geográfico*. Florianópolis: Editora da UFSC. 241 pp.
- MONTEIRO, C.A. de F. (1995). O “Físico” da Geografia: Mensageiros e Portadores. Conferência realizada na AGB – Secção Fortaleza no I Simpósio de Geografia Física do Ceará (24 a 28 de maio de 1994). Fortaleza: Multigraf Editora. 57 pp.
- MONTEIRO, C.A. de F. (2000). *Geossistemas – a História de uma Procura*. São Paulo: Editora Contexto. 127 pp.

- MONTEIRO, C.A. de F.(2002a). A Geografia no Brasil ao Longo do Século XX: um panorama . *Borrador*, nº 4. São Paulo: AGB. 48 00.
- MONTEIRO, C.A. de F. (2002b). *O Mapa e a Trama* – Ensaio sobre o Conteúdo Geográfico em Criações Romanescas. Florianópolis: Editora da UFSC, 242 pp.
- MONTEIRO, C.A. de F. (2002). Sobre a Desertificação no Nordeste Brasileiro e a Participação do Homem nesse Processo. *INTERGEO: Interações no Espaço Geográfico*, Ano II, Vol. II, nº 2. Rondonópolis-MT: Univ. Federal de Mato Grosso.
- NANCY, Jean-Luc (2005). Freud e Heidegger no Banco dos Réus. Artigo publicado no *Lê Monde* e em Tradução de Paulo Neves, transcrito na *Folha de São Paulo*, edição de 13 de novembro de 2005 – Caderno MAIS, p.3.
- NIETZSCHE, F. (1983). *Humano, Demasiado Humano. Obras Incompletas*. Coleção Os Pensadores. São Paulo. Editora Abril Cultural: 83-120.
- PRIGOGINE, I. e STEWGERS, I. (1986). *La Nouvelle Aliance – Metamorphose de la Science*. 2^{ème} Edition. Paris: Gallimard. 443 pp.
- SANTOS, M. e BERNARDES, A. (1999). Tarefas da Geografia Brasileira nesse Mundo em Transformação: um momento de sua trajetória. *Ciência Geográfica*, Ano V, nº 13. Bauru: AGB – Secção Regional Bauru: 4-22.
- SOKAL, A. e BRICMONT, J. (1999). *Imposturas intelectuais* – O abuso da Ciência pelos Filósofos Pós-Modernos. Tradução de “Fashionable Nonsense” por Max Altman. Rio de Janeiro: Record. 316 pp.
- VIEIRA DE MELO, M.(1993). *O Homem Curioso* – O Problema da Exterioridade na Filosofia de Aristóteles. São Paulo: Paz e Terra. 250 pp.
- WHITE Jr., L. (1970). The Historical of our Ecological Crisis. *Science*, 155 (1967) pp. 1203-1207. The American Association for the Advancement of Sciences – March 10th 1967. In: ANDERSON N. (Editor) *Politics and Environment – A Reader in Ecological Crisis* – pp. 338-349 – Pacific Palissades, Cal-Good, 1970.